

**Kobre & Kim's International  
Private Client Team**

2025 09 17

**Ana Frischtak**

São Paulo

[ana.frischtak@kobrekim.com](mailto:ana.frischtak@kobrekim.com)**Carolina Leung**

São Paulo

[carolina.leung@kobrekim.com](mailto:carolina.leung@kobrekim.com)**Evelyn Baltodano  
Sheehan**

Miami

[evelyn.sheehan@kobrekim.com](mailto:evelyn.sheehan@kobrekim.com)**Michael Keilty**

NOVA YORK

[michael.keilty@kobrekim.com](mailto:michael.keilty@kobrekim.com)**Nicholas Surmacz**

Londres

[nicholas.surmacz@kobrekim.co.uk](mailto:nicholas.surmacz@kobrekim.co.uk)**Polly Wilkins**

Londres

[polly.wilkins@kobrekim.co.uk](mailto:polly.wilkins@kobrekim.co.uk)

## A "Lei de Bloqueio" brasileira: o que muda e como se preparar

**À luz das sanções impostas ao ministro Alexandre de Moraes, o STF proferiu recentemente decisão reafirmando que leis e atos estrangeiros não têm eficácia automática no Brasil, o que configura, em essência, o que se convencionou chamar no Direito Internacional de "lei de bloqueio" (blocking statute). Para empresas com operações no Brasil e nos EUA, há um dilema claro: cumprir sanções norte-americanas pode contrariar normas brasileiras; ignorá-las pode ensejar punições nos EUA.**

Em decisão recente, o Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), reafirmou que leis, decretos, atos e decisões executivas de origem estrangeira não produzem efeitos automáticos no Brasil, subordinando-as ao controle do STF para eventual aplicação interna, sem prejuízo do regime já vigente de homologação de sentenças estrangeiras pelo STJ. O movimento vem em contraposição a eventos recentes tratados como sensíveis à soberania nacional, como a imposição de sanções ao ministro Alexandre de Moraes.

Para instituições financeiras, empresas e demais pessoas com exposição nos dois países, o contexto amplia substancialmente o risco de conflitos jurisdicionais e regulatórios, sujeitando tais pessoas a dilemas complexos: observar integralmente as sanções dos EUA pode colidir com normas e prerrogativas de partes brasileiras, enquanto ignorá-las pode resultar em penalidades nos EUA.

Pessoas físicas e jurídicas potencialmente expostas podem reduzir esses riscos se atuarem de forma preventiva e coordenada:

1. **Realizar "Testes de Estresse"**. Mapear as instâncias nas quais as sanções dos EUA podem colidir com regras brasileiras e identificar os riscos práticos, incluindo consequências reputacionais, regulatórias e comerciais.
2. **Navegar entre Regimes Jurídicos Diversos**. Quando houver exigências potencialmente conflitantes, adotar regras claras de fluxo de dados e implementar controles operacionais e protocolos de resposta a autoridades – necessários especialmente quando os regimes conflitantes podem gerar escrutínio ou investigações paralelas.
3. **Antecipar riscos reputacionais**. Como as decisões políticas e judiciais são frequentemente moldadas por percepção, é fundamental monitorar a cobertura jornalística nos veículos de comunicação. Estratégias legais de gestão de reputação são necessárias para combater a desinformação e minimizar o risco de danos colaterais em disputas com componente político.

4. **Buscar recursos jurídicos.** Em situações graves e de riscos concretos, pode-se buscar decisões declaratórias para limitar os efeitos do conflito normativo. A transparência ao responder a consultas ou exigências de autoridades (brasileiras e dos EUA) ajudam a gerenciar expectativas e demandas conflitantes.

O recente movimento do STF evidencia a tensão entre sanções globais e soberania nacional. Para empresas, instituições financeiras e indivíduos com exposição global, é crucial antecipar cenários, manter uma trilha documental sólida e definir uma estratégia jurídica coordenada em todas as frentes.

### Sobre Kobre & Kim

Kobre & Kim é um escritório de advocacia global com foco em litígios e investigações *cross-border*, frequentemente envolvendo fraude e má conduta.

Para preservar os ativos, a liberdade e a reputação de empresas e indivíduos com patrimônio elevado e interesses comerciais globais, nossa equipe:

- Fornece estratégias ofensivas e defensivas em litígios *cross-border* e gerenciamento de crises em juízo e fora dele.
- Está posicionada para ajudar clientes na América Latina por meio de nossos times com advogados admitidos nos EUA e no Reino Unido, baseados em São Paulo e em Miami, que atuam rotineiramente em investigações governamentais internacionais envolvendo autoridades latino-americanas e estrangeiras.
- Possui profunda experiência em política externa global, segurança nacional e controles econômicos, interagindo regularmente com agências reguladoras que impõem esses controles.